

ENTREGUE
NO CDSSS
DE
LEIRIA

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2019

DENOMINAÇÃO FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA

MORADA RUA DE OLIVENÇA, N.º 32

LOCALIDADE ALCOBAÇA

UNIÃO DE FREGUESIAS ALCOBAÇA E VESTIARIA CONCELHO ALCOBAÇA Cód. Postal 2460 - 035

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
Cód.

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL DE LEIRIA

PARECER :

EM ___/___/___


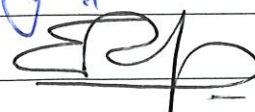
DESPACHO :

EM ___/___/___

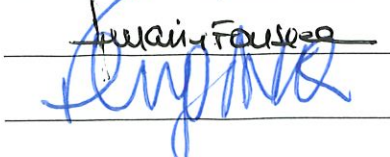
ALCOBAÇA, 10 DE JULHO DE 2020

ALCOBAÇA, 10 DE JULHO DE 2020

APROVADO
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

APROVADO
O CONSELHO FISCAL,

O TÉCNICO
OFICIAL DE CONTAS






Fundação Maria e Oliveira

**Ata, Parecer e Aprovação das
Contas pelos Órgãos Sociais e
Certificação Legal das Contas**

Exercício de 2019

ACTA N.º 23/2020, DA REUNIÃO DE 10 DE JULHO DE 2020

Aos dez dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte, no edifício sede da Fundação Maria e Oliveira, reuniu o Conselho de Administração contando com a presença dos Senhores, Dr. Júlio Moura Lourenço, António Manuel Lopes Soares da Costa e Eduardo Manuel Romero Dias Marques, respectivamente, Presidente, Secretário e Tesoureiro e a Contabilista Certificada Elisa Maria dos Santos. -----

Aberta a sessão pelo Presidente do Conselho de Administração foi apresentado para análise apreciação e aprovação as Contas da Gerência do ano de 2019. -----

Contas de Gerência e Relatório de Actividade de 2019 – Foram presentes para análise, apreciação e aprovação o Relatório de Actividades e Contas da Gerência do ano de 2019, cujo processo se encontra acompanhado dos respectivos documentos e peças finais exigidas pelas entidades competentes e legislação em vigor. -----

Após análise efectuada ao processo, documentos e livros de registo, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com os movimentos apresentados nos respectivos mapas e livros de registo. – Consta-se que a Demonstração de Resultados por Natureza, traduz que os Rendimentos do exercício totalizam 2.041.307,98 € (Dois milhões quarenta e um mil trezentos e sete euros noventa e oito cêntimos) e que os gastos são de 1.965.916,13 € (Um milhão novecentos e sessenta e cinco mil novecentos e dezasseis euros e treze cêntimos). -----

Verifica-se assim que, a diferença entre os Rendimentos e Gastos, existe um Resultado Líquido Positivo do Exercício de 75.391,85 € (Setenta e cinco mil trezentos e noventa e um euro e oitenta e cinco cêntimo). ----

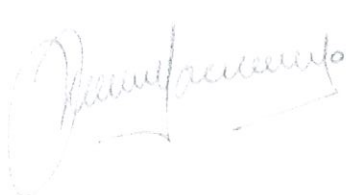
Pode ainda verificar-se que transitou para o ano de 2020 um saldo em Disponibilidades no montante 348.834,30 € (Trezentos e quarenta e oito mil oitocentos e trinta e quatro euros e trinta cêntimos), representado por valores em caixa e valores depositados à ordem em Instituições Financeiras. -----

Verifica-se ainda que os empréstimos a curto, medio e longo prazo apresentam à data de fecho das contas um saldo credor no valor de 227.476,38 € (Duzentos e vinte e sete mil quatrocentos e setenta e seis euros e trinta e oito cêntimos), a favor do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana em Lisboa. ----

Está refletido nas contas o Fundo dos Utentes, que apresenta um saldo de 7.690,15 € (Sete mil seiscentos e noventa euros e quinze cêntimos), devidamente discriminado por utente. -----

Os documentos, Relatório de Actividades e Conta de Gerência da Fundação Maria e Oliveira, por se encontrarem, em conformidade, foram aprovadas e devidamente assinadas e o respectivo processo enviado ao Exmo. senhor Presidente do Conselho Fiscal para análise, parecer, aprovação e visto, devendo após a sua recepção, serem enviadas à Segurança Social, para efeitos de fiscalização e visto e publicadas no sítio da Fundação. -----

Por nada mais haver a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme vai ser aprovada e assinada pelos elementos do Conselho de Administração. -----





PARECER DO CONSELHO FISCAL

(CÓPIA DA ACTA DA REUNIÃO DE 10 DE JULHO DE 2020)

ACTA N.º 01/2020, REUNIÃO DE 10 DE JULHO DE 2020

Aos dez dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte, no edifício sede da Fundação Maria e Oliveira, reuniu o Conselho Fiscal, contando com a presença dos Senhores, Dr. Luís Félix Castelhana, Dr. Fernando Fleming de Oliveira e Isabel Maria Fonseca Pereira da Costa, respectivamente, Presidente e Secretários, a fim de emitirem parecer, aprovar e visar as Contas e Relatório de Actividades da Instituição respeitantes ao ano de dois mil e dezanove. -----

Encontravam-se ainda presentes os elementos do Conselho de Administração que prestaram todos os esclarecimentos solicitados e julgados necessários na apreciação das referidas contas e relatório de actividades. -----

Na presença das peças finais respeitantes à Conta de Gerência de 2019, que se encontra aprovada por despacho do Conselho de Administração de dez de Julho de dois mil e vinte, face aos elementos disponibilizados, procedeu-se à análise dos referidos documentos verificando-se que estes se encontram em conformidade com os competentes registos nos respectivos livros e outra documentação. -----

Assim, de harmonia com o Art.º 34.º dos Estatutos da Fundação Maria e Oliveira, o Conselho Fiscal emite o seu parecer sobre a actividade fiscalizadora exercida ao longo do ano de dois mil e dezanove bem como sobre o relatório de actividades e prestação de contas respeitantes ao mesmo exercício, elementos que nos foram confiados pelo Conselho de Administração. -----

Ao longo do exercício de dois mil e dezanove o órgão fiscalizador acompanhou de perto a gestão do Conselho de Administração e foi sempre informado dos factos mais relevantes da actividade da Fundação, não sendo por isso encontrados quaisquer reparos dignos de serem mencionados. -----

O relatório de gestão agora apresentado pelo Conselho de Administração, está elaborado com clareza e reflecte todo o trabalho efectuado no rigoroso cumprimento do plano de actividades aprovado para o presente exercício. -----

Dos elementos disponibilizados verificamos que os **Rendimentos** do exercício totalizam **dois milhões e quarenta e um mil trezentos e sete euros e noventa e oito cêntimos**. -----



Os **Gastos** do exercício foram no montante de **um milhão novecentos e sessenta e cinco mil novecentos e dezasseis euros e treze cêntimos.** -----

Verifica-se assim que, da diferença entre os **Rendimentos** e os **Gastos**, existe um resultado líquido positivo do exercício de **setenta e cinco mil trezentos e noventa e um euros e oitenta e cinco cêntimos.** -----

Assim, face ao exposto e não sendo do nosso conhecimento qualquer irregularidade aos Estatutos da Fundação e à Lei vigente e de acordo com os dados constantes no referido processo da conta de gerência, o Conselho Fiscal deliberou por unanimidade dar parecer: -----

Um – Que sejam aprovadas e visadas as contas, relatório e actos do Conselho de Administração respeitantes à **gerência de 2019**, remetendo os documentos ao Conselho de Administração para os efeitos tidos por conveniente. -----

Dois – Que o resultado líquido do **exercício de 2019**, no montante de **setenta e cinco mil trezentos e noventa e um euros e oitenta e cinco cêntimos**, transite para o ano de dois mil e vinte, como resultados transitados. -----

Por nada mais haver a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual se exarou a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser aprovada e assinada pelos elementos presentes. -----

Está conforme o original na parte transcrita a folhas vinte e um a vinte e dois, do livro de actas das reuniões do Conselho Fiscal da Fundação Maria e Oliveira, cuja acta se encontra devidamente aprovada.

Alcobaça, 10 de Julho de 2020.

O CONSELHO FISCAL,



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA** (A Entidade), que compreendem a o balanço em 31/12/2019 (que evidencia um total de 6.069.692 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.549.691 euros, incluindo um resultado líquido de 75.392 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades Sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

De acordo com o ponto 14.1 do Anexo às Demonstrações Financeiras, estão em curso medidas de mitigação da pandemia do Covid-19, que podem vir a afetar o funcionamento futuro da Fundação. Não tendo sido possível estimar, até à data, os custos associados à implementação das medidas sanitárias e económicas de combate aos efeitos da Pandemia, a atividade prevista para a Fundação pode vir a distanciar-se das previsões até agora estimadas para o ano de 2020.

A nossa opinião não é modificada relativamente a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:





- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo a Norma





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Marinha Grande, 16 de junho de 2020

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, LDA

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620





Fundação Maria e Oliveira

Relatório de Actividades

Exercício de 2019



[Handwritten signatures in blue ink]

Relatório Anual da Atividade da Fundação Maria e Oliveira Exercício de 2019

Na passagem do centésimo sexto aniversário da Fundação Maria e Oliveira, o ano de 2019 foi um ano de consolidação da estratégia de gestão, no presente mandato.

O segundo de quatro anos de mandato permitiu-nos conhecer melhor a instituição, a acima de tudo, o seu principal activo, os seus colaboradores e prestadores de serviços, a disponibilidade destes, o nível de compromisso para com a Fundação capacidade de levarem a cabo a referida estratégia.

A perspectiva de gestão corrente no presente mandato tem várias dimensões.

Continuamos, efectivamente, a proceder à avaliação contínua da qualidade de todos os serviços prestados; desde logo à forma como são prestados; a sua correspondência para com as necessidades dos utentes; às necessidades de quem os presta e a forma de incrementar a sua prestação, com especial enfoque na relação custo/benefício.

Mantivemos a forma de aquisição de bens e serviços, sejam bens alimentares, de produtos de higiene e limpeza, através da submissão semanal à concorrência (especialmente dos primeiros), uma vez que esta tipologia de produtos representa, como não poderia deixar de ser, uma percentagem muito significativa dos custos correntes da Fundação, o que se tem traduzido num ganho de estabilidade de fornecimento e incremento da qualidade e redução do preço de aquisição.

No que à função da Fundação Maria e Oliveira, às suas respostas sociais e actividades diz respeito, mantém-se a estabilidade da sua disponibilidade e nesta sequência, a procura por parte de quem destas necessita.

As respostas sociais e actividades da Fundação Maria e Oliveira são, à semelhança do ano anterior – Creche; Jardim de Infância; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário; Estrutura Residencial para Idosos; Universidade Sénior e Habitação Social.

A relevância do trabalho desenvolvido pela Fundação Maria e Oliveira tem, com o passar dos anos, novos desafios, estreitamente interligados com a evolução das necessidades daqueles que procuram as nossas respostas sociais ou actividades.

O crescente grau de dependência dos futuros residentes que nos procuram para frequentar a resposta social denominada – Estrutura Residencial para Idosos - (ERPI), é um exemplo disso mesmo.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Verifica-se cada vez mais, a perspectiva de prolongar ao máximo a manutenção dos futuros residentes em suas casas, (o que é de louvar, se se verificarem as melhoras razões) até que não seja possível prestar-lhes os cuidados de que necessitem.

Neste particular, um dos grandes desafios será, na nossa opinião a maior interligação, entre as instituições particulares de solidariedade social e o Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente no que diz respeito aos cuidados médicos e de enfermagem que já se prestam nas instituições e que necessitam de uma alavancagem, que só esta parceria poderá efectivar.

Na sequência do projecto de arquitectura e especialidades contratado pelo conselho de administração anterior, e absolutamente conscientes da necessidade de melhoria da condição da estrutura física do imóvel da Fundação onde se desenvolve a resposta social – Estrutura Residencial para Idosos, em abril de 2018 foi submetida, com o apoio do Município de Alcobaça, uma candidatura a fundos comunitários no âmbito do denominado Portugal 2020, para proceder à requalificação da estrutura física daquela.

No decurso do último trimestre de 2018, obtivemos aprovação da referida candidatura, tendo sido atribuídos cerca de € 550 000,00 (quinhentos e cinquenta mil euros) para a sua concretização, sendo a obra comparticipada por Fundos Comunitários em 85% a fundo perdido, tendo por referência as despesas ilegíveis.

Pretendemos agora levar a cabo todos os procedimentos concursais (empregada; fiscalização da obra, entre outros) necessários para iniciar a execução desta obra.

Contamos, caso estejam reunidas todas as condições dar início a estas no início do segundo trimestre de 2020.

Ainda assim e apesar do que acima referido, continuámos a proceder a manutenção corrente de todo o património existente, conforme as necessidades que se verificarem.

Procuramos, pois, não só dar resposta às necessidades, como prevenir, através da sua manutenção, as normais condições de uso do património da Fundação, conscientes que este é um desafio permanente e para o qual as necessidades de liquidez são constantes.

Noutro sentido, permitimo-nos dar especial relevância a uma das mais fundamentais peças da engrenagem funcional da Fundação Maria e Oliveira, para a concretização permanente, da qualidade do serviço que prestamos, são aqueles que com esta colaboram, prestando o seu reconhecido e difícil trabalho, os seus Colaboradores, sendo que, no nosso caso concreto, estamos perante a prevalência substancial de colaboradoras.



Handwritten signatures in blue ink, including names like 'A. Oliveira' and 'A. Oliveira'.

Eles e elas são uma trave mestra da Fundação Maria e Oliveira.

O conselho de administração, assumiu desde o primeiro momento, um compromisso para com todos eles, dando nota pública aos destinatários desse mesmo compromisso.

Conscientes que estamos, das dificuldades financeiras que a Fundação teve de atravessar há bem pouco tempo, a par do compromisso assumido para com aqueles que procuram a prestação dos nossos serviços de, pelo menos, mantermos a sua inegável qualidade, temos o de ter à disposição de todos os nossos colaboradores, no último dia útil de cada mês, a sua tão merecida remuneração.

A Fundação Maria e Oliveira tem, como poucas instituições similares, uma política de remuneração que se traduz no pagamento de ordenados que correspondam, não só adequada à efetiva categoria do trabalhador, como aos anos de carreira e ao efetivo trabalho de cada um dos seus colaboradores, onde se incluem o pagamento de horas extraordinárias; subsídio de turno e diuturnidades.

A motivação dos colaboradores passará, também e em grande medida, pela sua remuneração, mas outros fatores têm, igualmente, um peso substancial, como explanaremos mais à frente.

Sabemos que o quadro de pessoal da Fundação é, na sua maioria, muito experiente, o que advém da forma como presta o seu trabalho, conjugado com o facto dessa prestação decorrer, em muitos casos, há mais de duas décadas. Facto que se traduz, em parte, na percentagem do orçamento anual correspondente às remunerações, ou seja cerca de 70 % (setenta) do total, o que impede, por si só, que se possa proceder a aumentos extraordinários, para além dos legalmente previstos, das remunerações.

Para além das formações obrigatórias; de outras iniciativas anuais regulares, que têm lugar na Fundação, desde há muitos anos a esta parte, procurámos criar uma relação de maior proximidade profissional, e de conhecimento pessoal no desenvolvimento da actividade laboral diária, no intuito de reforçar, verdadeiramente, a capacidade de resolução das normais situações decorrentes do trabalho diário, prestando a estes, aquilo que consideramos ser essencial numa organização, para complementar a motivação – liderança, nos bons, mas especialmente nos momentos menos bons.

No que à resposta social dedicada à infância ("O Ninho) diz respeito, as preocupações quanto à qualidade do serviço prestado, para além do que acima se disse, são iguais e naturalmente, transversais e sempre presentes.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

A especificidade do serviço prestado, obriga a que haja, na nossa perspetiva, uma especial atenção com determinadas questões que têm tido uma evolução constante, diversificada e muito rápida.

Destacamos um dos principais desafios para todos, o nível crescente de exigência dos pais e encarregados de educação. Esta exigência, devidamente temperada, é bastante benéfica para as respostas sociais em questão, nomeadamente, no que diz respeito ao termo comparativo com outras instituições e conseqüentemente o eventual incremento da qualidade pedagógica como um todo.

Neste particular, procedemos no decurso do ano de 2019 à renovação dos equipamentos, incrementando o seu número e qualidade de acordo, segundo as indicações da Coordenadora Pedagógica.

Relativamente à habitação social, em coerência com a perspetiva de pro-atividade referida, o conselho de administração, para além do acima referido, quanto à conservação e manutenção dos imóveis adstritos a esta resposta social, ordenou uma nova avaliação de proximidade a cada um dos inquilinos, no sentido de se inteirar das condições pessoais de cada um e das suas eventuais necessidades de auxílio e ou de acompanhamento por parte da Fundação, que agora é permanente.

O conselho de administração, após a fase de análise da situação da Fundação, continua a implementar o seu cunho pessoal na gestão da instituição, em primeiro lugar, obviamente, no que à gestão corrente diz respeito, (esta influencia toda a gestão mais perspetivada no tempo).

Em complemento a tudo o que se disse anteriormente, relativamente aos contributos para o incremento da qualidade do serviço prestado, a relação com os seus fornecedores reveste-se de capital importância.

Tendo por referência as necessidades da Fundação, por forma a que tenha, não só capacidade de reivindicação de fornecimento de produtos de qualidade, aos melhores preços.

Para atingir tal desiderato foi necessário criar, paulatinamente, com o decorrer do tempo, uma relação de confiança, que se traduziu num encurtamento do prazo de pagamento, que desde meados do ano de 2018, passou a ser de 30 (trinta) dias.

Em jeito de conclusão diremos que, com a implementação das medidas descritas, cremos ter logrado atingir este desiderato, permitindo encarar o futuro da Fundação com moderado otimismo.



ed
fua

O ano de 2019 foi, para a Fundação Maria e Oliveira, um ano de consolidação financeira e de abertura de novas perspetivas de gestão organizacional, com o prestimoso e fundamental contributo dos nossos colaboradores, prestadores de serviços, voluntários e benfeitores que contribuem, de forma indelével, para honrar e fazer cumprir, dia após dia, ano após ano, ao longo de 106 anos, o sonho e ideário dos seus fundadores, Maria do Carmo Eliseu e Oliveira e Manuel José de Sousa e Oliveira.

f

Alcobaça, 10 de Maio de 2020

O Conselho de Administração da Fundação Maria e Oliveira,

Presidente,

Secretário,

Tesoureiro,



Handwritten signature

Fundação Maria e Oliveira

Balanço do Exercício

Exercício de 2019

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2019	31-12-2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	5.651.244,17	5.698.085,94
Bens do património histórico e cultural			
Propriedade de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	14	2.828,08	2.370,76
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Subtotal		5.654.072,25	5.700.456,70
Activo corrente			
Inventários	8	9.398,69	11.058,79
Créditos a receber	14	33.930,38	69.845,53
Adiantamentos a fornecedores	14		2.000,00
Estado e outros Entes Públicos	14	694,08	3.772,31
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outras activos correntes	14	18.151,83	19.657,18
Diferimentos	14	4.610,65	4.945,77
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	14	348.834,30	267.591,71
Subtotal		415.619,93	267.591,71
Total do Activo		6.069.692,18	6.079.327,99
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	287.935,48	287.935,48
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	14	1.216.324,66	382.011,81
Excedentes de revalorização	14	2.622.277,71	3.405.655,14
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1.347.761,47	1.371.189,88
Subtotal		5.474.299,32	5.446.792,31
Resultado líquido do período	14	75.391,85	50.935,42
Total do fundo do capital		5.549.691,17	5.497.727,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7	227.476,38	226.436,92
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		227.476,38	226.436,92
Passivo corrente			
Fornecedores	14	48.325,80	58.358,76
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	14	28.881,64	29.548,14
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos	7	14.581,21	15.439,05
Diferimentos	14		
Outras dívidas a pagar	14		251.817,39
Outros passivos correntes	14	200.735,98	
Subtotal		292.524,63	355.163,34
Total do passivo		520.001,01	581.600,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.069.692,18	6.079.327,99

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO



Fundação Maria e Oliveira

**Demonstração dos Resultados por
Naturezas**

Exercício de 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

est
luc
f

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	9	940.328,85	905.870,67
Subsídios, doações e legados à exploração	10	895943,47	890.749,56
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-260.304,99	-246.258,57
Fornecimentos e serviços externos	14	-257.960,15	-252.327,29
Gastos com pessoal	12	-1.291.863,58	-1.299.122,31
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14	205.035,66	191.553,52
Outros gastos	14	-44954,45	-31.296,83
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		186.224,81	159.168,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-108.249,18	-106.199,52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		77.975,63	52.969,23
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	7,14	-2.583,78	-2.033,81
Resultados antes de impostos		75.391,85	50.935,42
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		75.391,85	50.935,42

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

ERP



ef

Fundação Maria e Oliveira

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício de 2019



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.092.853,78	984.504,37
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-572.685,82	-559.248,87
Pagamentos ao pessoal		-812.268,39	-805.861,12
Caixa gerada pelas operações		-292.100,43	-380.605,62
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		439.112,55	487.547,43
Outros recebimentos/pagamentos		147.012,12	106.941,81
Fluxos de caixa das actividades operacionais ⁽¹⁾			
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-49.239,09	-25.058,19
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		11.200,00	53.500,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		128,08	128,08
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento ⁽²⁾		-37.911,01	28.569,89
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		6.985,03	5.882,28
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-30.493,70	-14.262,66
Juros e gastos similares		-4.349,85	-5.005,74
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento ⁽³⁾		-27.858,52	-13.386,12
Variação de caixa e seus equivalentes ⁽¹⁺²⁺³⁾		81.242,59	122.125,58
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		267.591,71	145.466,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período		348.834,30	267.591,71

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Eusébio Santo

A ADMINISTRAÇÃO



[Handwritten signature]

Fundação Maria e Oliveira

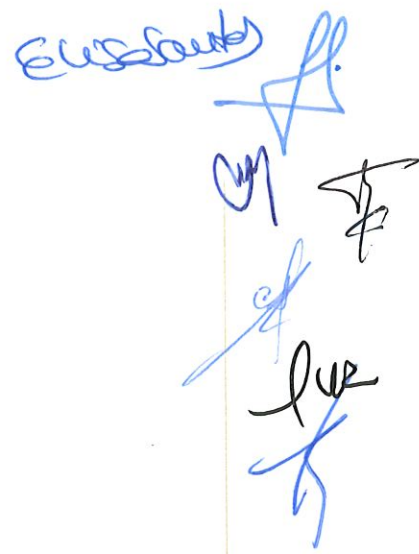
**Demonstração dos Resultados por
Natureza por Funções**

Exercício de 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

IMPUTAÇÃO DOS CENTROS DE CUSTO – MÊS DE DEZEMBRO DE 2019

RESPOSTAS SOCIAIS	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	LAR N/ DEP ENDENTES	LAR ACAMADOS	TOTAL	CENTRO DIA	SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO	USALCOA	HABITAÇÃO SOCIAL	TOTAL
CUSTOS										
31/61 CMVMC - Armazém	14.883,16	25.902,52	157.415,87	34.899,30	192.315,17	5.932,51	19.794,30	1.467,18	10,15	260.304,99
62 Fornecimentos e S. Externos	20.910,63	35.635,19	123.065,27	24.238,41	147.303,68	8.771,01	17.114,97	26735,41	1.489,26	257.960,15
63/272 Custos pessoais	204.954,22	184.078,02	606.505,44	83.894,55	690.399,99	33.156,24	148.544,12	16754,08	13.974,91	1.291.863,58
64 Amortizações	6.717,22	8.326,77	44.739,20	7.908,41	52.647,61	2.185,78	11.264,97	10.844,92	16.261,91	108.249,18
65 Imparidades-Dívidas a receber										
68 Outros Gastos	438,60	2.442,92	38.874,74	486,72	39.361,46	252,56	401,55	263,58	27,71	43.188,38
69 Gastos e perdas financiamento	125,10	188,28	574,80	112,17	686,97	37,42	578,94	87,21	2.645,93	4.349,85
TOTAL 1	248.028,93	256.573,70	971.175,32	151.539,56	1.122.714,88	50.337,52	197.698,85	56.152,38	34.409,87	1.965.916,13
PROVEITOS										
72 Prestações de Serviços	67.798,50	79.018,20	607.190,17	33.019,01	640.209,18	28.053,42	94.212,55	31.037,00		940.328,85
75 Subsídios	167.282,66	130.561,48	357.301,32	89.286,97	446.588,29	14.011,07	137.456,47	43,50		895.943,47
76 Reversões										
78 Outros Rendimentos	17.758,21	21.720,40	109.987,82	19.854,13	129.841,95	2.984,69	12.257,82	4.024,97	16.319,54	204.907,58
79 Juros e Dividendos	11,00	20,48	56,16	14,80	70,96	3,96	14,80	6,88		128,08
TOTAL 2	252.850,37	231.320,56	1.074.535,47	142.174,91	1.216.710,38	45.053,14	243.941,64	35.112,35	16.319,54	2.041.307,98
DIFERENÇA (TOTAL 2 - 1)	4.821,44	-25.253,14	103.360,15	-9.364,65	93.995,50	-5.284,38	46.242,79	-21.040,03	-18.090,33	75.391,85





Fundação Maria e Oliveira

Anexo

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

Exercício de 2019



Handwritten signature or mark in blue ink.

FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2019

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2019	31-12-2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	5.651.244,17	5.698.085,94
Bens do património histórico e cultural			
Propriedade de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	14	2.828,08	2.370,76
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Subtotal		5.654.072,25	5.700.456,70
Activo corrente			
Inventários	8	9.398,69	11.058,79
Créditos a receber	14	33.930,38	69.845,53
Adiantamentos a fornecedores	14		2.000,00
Estado e outros Entes Públicos	14	694,08	3.772,31
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outras activos correntes	14	18.151,83	19.657,18
Diferimentos	14	4.610,65	4.945,77
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	14	348.834,30	267.591,71
Subtotal		415.619,93	267.591,71
Total do Activo		6.069.692,18	6.079.327,99
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	287.935,48	287.935,48
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	14	1.216.324,66	382.011,81
Excedentes de revalorização	14	2.622.277,71	3.405.655,14
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1.347.761,47	1.371.189,88
Subtotal		5.474.299,32	5.446.792,31
Resultado líquido do período	14	75.391,85	50.935,42
Total do fundo do capital		5.549.691,17	5.497.727,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7	227.476,38	226.436,92
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		227.476,38	226.436,92
Passivo corrente			
Fornecedores	14	48.325,80	58.358,76
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	14	28.881,64	29.548,14
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos	7	14.581,21	15.439,05
Diferimentos	14		
Outras dívidas a pagar	14		251.817,39
Outros passivos correntes	14	200.735,98	
Subtotal		292.524,63	355.163,34
Total do passivo		520.001,01	581.600,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.069.692,18	6.079.327,99

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

ck
fus
K

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	9	940.328,85	905.870,67
Subsídios, doações e legados à exploração	10	895943,47	890.749,56
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-260.304,99	-246.258,57
Fornecimentos e serviços externos	14	-257.960,15	-252.327,29
Gastos com pessoal	12	-1.291.863,58	-1.299.122,31
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14	205.035,66	191.553,52
Outros gastos	14	-44954,45	-31.296,83
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		186.224,81	159.168,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-108.249,18	-106.199,52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		77.975,63	52.969,23
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	7,14	-2.583,78	-2.033,81
Resultados antes de impostos		75.391,85	50.935,42
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		75.391,85	50.935,42

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

IMPUTAÇÃO DOS CENTROS DE CUSTO – MÊS DE DEZEMBRO DE 2019

RESPOSTAS SOCIAIS	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	LAR NÍ DEPENDENTES	LAR ACAMADOS	TOTAL	CENTRO DIA	SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO	USALCOA	HABITAÇÃO SOCIAL	TOTAL
CUSTOS										
31/61 CIM/MC - Armazém	14.883,16	25.902,52	157.415,87	34.899,30	192.315,17	5.932,51	19.794,30	1.467,18	10,15	260.304,99
62 Fornecimentos e S. Externos	20.910,63	35.635,19	123.065,27	24.238,41	147.303,68	8.771,01	17.114,97	26735,41	1.489,26	257.960,15
63/272 Custos c/pessoal	204.954,22	184.078,02	606.505,44	83.894,55	690.399,99	33.158,24	148.544,12	16754,08	13.974,91	1.291.863,58
64 Amortizações	6.717,22	8.326,77	44.739,20	7.908,41	52.647,61	2.185,78	11.264,97	10.844,92	16.261,91	108.249,18
65 Imparidades-Dívidas a receber										
68 Outros Gastos	438,60	2.442,92	38.874,74	486,72	39.361,46	252,56	401,55	263,58	27,71	43.188,38
69 Gastos e perdas financiamento	125,10	188,28	574,80	112,17	686,97	37,42	578,94	87,21	2.645,93	4.349,85
TOTAL 1	248.028,93	256.573,70	971.175,32	151.539,56	1.122.714,88	50.337,52	197.698,85	56.152,38	34.409,87	1.965.916,13
PROVEITOS										
72 Prestações de Serviços	67.798,50	79.018,20	607.190,17	33.019,01	640.209,18	28.053,42	94.212,55	31.037,00		940.328,85
75 Subsídios	167.282,66	130.561,48	357.301,32	89.286,97	446.588,29	14.011,07	137.456,47	43,50		895.943,47
76 Reversões										
78 Outros Rendimentos	17.758,21	21.720,40	109.987,82	19.854,13	129.841,95	2.984,69	12.257,82	4.024,97	16.319,54	204.907,58
79 Juros e Dividendos	11,00	20,48	56,16	14,80	70,96	3,96	14,80	6,88		128,08
TOTAL 2	252.850,37	231.320,56	1.074.535,47	142.174,91	1.216.710,38	45.053,14	243.941,64	35.112,35	16.319,54	2.041.307,98
DIFERENÇA (TOTAL 2 - 1)	4.821,44	-25.253,14	103.360,15	-9.364,65	93.995,50	-5.284,38	46.242,79	-21.040,03	-18.090,33	75.391,85



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO DE 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total F. Patrim.
		Fundos	Exced. Téc.	Reservas	Result. Transit.	R. legais	Exced. Rev.	Out. Var. FP	Result. Líq. do período	Total	Int. mín.	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	287.935,48			382.011,81		3.405.655,14	1.371.189,88	50.935,42	5.497.727,73		5.497.727,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					783.377,43							
Realização do excedente de ver. de AFT e intangíveis						-783.377,43						
Exced. de realiz. do exced. de rev. de AFT e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos					50.935,42				-50.935,42			-52.970,26
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7				834.312,85				-50.935,42			-52.970,26
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								75.391,85			75.391,85
RESULTADO INTEGRAL	9+7+8								24.456,43			22.421,59
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados								29.541,85				29.541,85
Outras operações	10							29.541,85				29.541,85
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6+7+8+10	287.935,48			1.216.324,66		2.622.277,71	1.347.761,47	75.391,85	5.549.691,17		5.549.691,17

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

E. S. Santos

A ADMINISTRAÇÃO

[Signature]

[Signature]

[Signature]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.092.853,78	984.504,37
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-572.685,82	-559.248,87
Pagamentos ao pessoal		-812.268,39	-805.861,12
Caixa gerada pelas operações		-292.100,43	-380.605,62
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		439.112,55	487.547,43
Outros recebimentos/pagamentos		147.012,12	106.941,81
Fluxos de caixa das actividades operacionais ⁽¹⁾			
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-49.239,09	-25.058,19
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		11.200,00	53.500,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		128,08	128,08
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento ⁽²⁾		-37.911,01	28.569,89
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		6.985,03	5.882,28
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-30.493,70	-14.262,66
Juros e gastos similares		-4.349,85	-5.005,74
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento ⁽³⁾		-27.858,52	-13.386,12
Variação de caixa e seus equivalentes	(1+2+3)	81.242,59	122.125,58
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		267.591,71	145.466,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período		348.834,30	267.591,71

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

Elizeu de Oliveira



ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade:

A Fundação Maria e Oliveira, com o NIF 500850607, é uma fundação de solidariedade social, (IPSS sem fins lucrativos), instituída por testamento da benemérita D. Maria do Carmo Elizeu de Oliveira, de 10 de Setembro de 1913, com Estatutos aprovados, registados com inscrição n.º 28/84, do livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social e publicados do Diário da República da III Série, n.º 69, de 22 de Março de 1984, com sede na Rua de Olivença n.º 32, 2460-035 Alcobça.

1.2 Natureza e Atividades:

A Fundação Maria e Oliveira constituída por tempo ilimitado, tem por fim a promoção e protecção social da população idosa, crianças e jovens, apoio à família e comunidade e resolução dos problemas habitacionais das populações do concelho de Alcobça.

Para realização dos seus fins, a instituição propõe-se manter e criar as seguintes actividades:

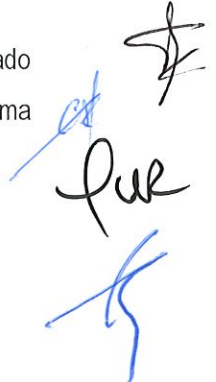
- Protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade;
- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Promoção e protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa de reabilitação e de recuperação após intervenção cirúrgica hospitalar;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução de problemas habitacionais das populações;
- Outras actividades de índole social e cultural, designadamente o fornecimento de refeições ou outro tipo de alimentação ou produtos e artigos.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No anexo II do referido Decreto, é referido que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Alteração do normativo contabilístico – Decreto-Lei 98/2015 de 2 de Junho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades

necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6 a 50
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 6
Outros activos fixos tangíveis	3 a 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e são reconhecidas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.2. Inventários

Os "Inventários" estão registados pelo custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, etc. que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractor o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "e l e g e d o", "M", "F", and "R".

intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

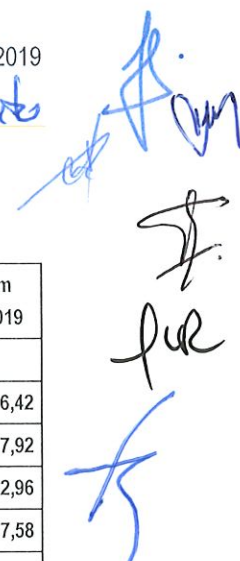
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições/ Aumentos	Abates/ Alien.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais	2.415.466,42		(33.200,00)			2.382.266,42
Edifícios e outras construções	4.598.687,92					4.598.687,92
Equipamento básico	492.192,96	800,00				492.992,96
Equipamento de transporte	114.332,26	30.675,32	(21.000,00)			124.007,58
Equipamento administrativo	214.871,76	47.393,57				262.265,33
Outros activos fixos tangíveis	14.019,59	1.045,52				15.065,11
Investimentos em curso	51.117,95			(438,00)		50.679,95
TOTAL	7.900.688,86	79.914,41	(54.200,00)	(438,00)		7.925.965,27
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	1.493.625,53	71.502,97		(750,00)		1.564.378,50
Equipamento básico	382.476,33	14.272,64				396.748,97
Equipamento de transporte	114.332,26	7.668,84	(21.000,00)			101.001,10
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	185.369,09	14.174,80				199.543,89
Outros activos fixos tangíveis	12.418,71	629,93				13.048,64
TOTAL	2.188.221,92	108.249,18	(21.000,00)	(750,00)		2.274.721,10

	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2019
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico				
Equipamento de transporte				
Equipamento biológico				
Equipamento administrativo				
Outros activos fixos tangíveis				
TOTAL				

Todas as depreciações foram calculadas pelo método da linha recta.

Elsabete

6. LOCAÇÕES

No exercício em análise foram adquiridas duas viaturas ligeiras de mercadorias, com recurso a um contrato de leasing, efectuado junto do Banco Millennium BCP, sendo que cada viatura custou 15.337,66 €, perfazendo um total de contrato de 30.675,32 €, o valor em dívida a 31 de Dezembro de 2019 era de 14.581,21 €.

7. GASTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos, à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários						
Locações financeiras						
Contas caucionadas						
Contas bancárias de <i>factoring</i>						
Contas bancárias de letras descontadas						
Descobertos bancários contratados						
Outros empréstimos	14.581,21	227.476,38	242.057,59	15.439,05	226.436,92	241.875,97
TOTAL	14.581,21	227.476,38	242.057,59	15.439,05	226.436,92	241.875,97

Em 31 de dezembro de 2019, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos bancários, detalham-se como segue:

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
TOTAL						

Nenhum gasto com empréstimos obtidos foi capitalizado neste período ou no anterior.



8. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras 2018	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018	Compras 2019	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.578,96	252.738,40		11.058,79	258.644,89		9.398,69
Produtos acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
TOTAL	11.058,79	242.59,11	23.513,30	4.578,96	252.738,40		9.398,69

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	246.258,57	260.304,99
Variações nos inventários da produção		

9. RENDIMENTOS

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes valores de Rendimentos:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Vendas		
Prestação de Serviços	940.328,85	905.870,67
Mensalidades dos utilizadores	940.328,85	905.870,67
Quotas e Jóias		
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Juros		
Royalties		
Dividendos		
TOTAL	940.328,85	905.870,67

**10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO**

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade apresentava os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2019	2018
Subsídios do Governo	88.4619,32	878.067,38
Segurança Social	872.816,48	862.003,13
IEFP	11.802,84	16.064,25
Município de Alcobaça		
Outros Subsídios		
TOTAL	884.619,32	878.067,38

DESCRIÇÃO	2019	2018
Subsídios	884.619,32	878.067,38
Doações	11.324,15	12.682,18
Heranças		
Legados		
TOTAL	895.943,47	890.749,56

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Neste período e no anterior não foi reconhecido qualquer gasto de imposto.

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O actual Conselho de Administração tomou posse no dia 25/01/2018, sendo constituído pelo Dr. Júlio José Garcia Duarte de Moura Lourenço, pelo Senhor António Manuel Lopes Soares da Costa e pelo Senhor Eduardo Manuel Romero Dias Marques, este último reconduzido do anterior mandato e que assumem, respectivamente os cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 foi de 90 e em 2018 foi de 90.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

*Elisabete**[Handwritten signature]**[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

DESCRIÇÃO	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	1.052.637,83	1.057.125,44
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações	676,03	
Encargos sobre as remunerações	222.712,05	225.297,32
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	9.683,36	7.633,86
Gastos de acção social		
Outros gastos com o pessoal	6.154,31	9.065,69
TOTAL	1.291.863,58	1.299.122,31

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Elise Soares" and other illegible marks.

14.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Clientes e Utentes c/c	33.930,38	69.721,53
Clientes		
Utentes	33.930,38	69.721,53
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		124,00
TOTAL	33.930,38	69.845,53

14.2. Outros Activos Correntes

A rubrica "Outros créditos a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outros Devedores	18.151,83	19.657,18
Perdas por Imparidade		
TOTAL	18.151,83	19.657,18



14.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	3.847,57	4.192,89
Juros		
Contrato de Software	763,08	752,88
TOTAL	4.610,65	4.945,77
Rendimentos a reconhecer		
Estorno de Seguros		
...		
...		
TOTAL		

14.4. Investimentos Financeiros

Nos outros activos financeiros verifica-se os seguintes movimentos:

	2019	2018
Fundos Compensação salarial	2.700,01	2.242,69
Certificados Renda Perpétua	128,07	128,07
Total	2.828,08	2.370,76

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Caixa	2.540,55	2.912,60
Depósitos à ordem	346.293,75	264.679,11
Depósitos a prazo		
Outros		
TOTAL	348.834,30	267.591,71

A. M.
et J.
P. R.

14.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

DESCRIÇÃO	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	287.935,48			287.935,48
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	382.011,81	834.312,85		1.216.324,66
Excedentes de revalorização	3.405.655,14		(783.377,43)	2.622.277,71
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.371.189,88		(23.428,41)	1.347.761,47
TOTAL	5.446.792,31	834.312,85	(806.805,84)	5.474.299,32

A

14.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Fornecedores c/c	48.325,80	58.358,76
Fornecedores titulos a pagar		
Adiantamento a fornecedores		(2.000,00)
TOTAL	48.325,80	56.358,76



14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	694,08	3.772,31
Outros Impostos e Taxas		
TOTAL	694,08	3.772,31
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	36,31	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.654,68	6.631,31
Segurança Social	23.190,65	22.916,83
Outros Impostos e Taxas		
TOTAL	28.881,64	29.548,14

14.9. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Fundo do Utentes		7.690,15		8.105,14
Perdas por Imparidade acumuladas				2.516,27
Fornecedores de activos fixos tangíveis		26.955,90		47.147,58
Credores por acréscimos de gastos		158.887,69		161.427,38
Outros credores		7.202,24		32.621,02
TOTAL		200.735,98		251.817,39

Eusebio

**14.10. Outros Passivos Financeiros**

Não se verificou qualquer movimento neste exercício.

14.11. Subsídios, doações e legados à exploração

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

14.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Subcontratos		
Serviços especializados	125.180,55	117.013,64
Materiais	16.722,41	10.914,72
Energia e fluidos	71.070,47	82.037,31
Deslocações, estadas e transportes	5.755,61	5.475,30
Serviços diversos dos quais:	39.231,11	36.886,32
Comunicação	6.684,44	6.849,12
Rendas incluindo Renting	5.920,92	3.508,02
Seguros	8.400,35	10.248,93
Trabalhos Jardinagem	2.576,56	3.114,06
Aulas e natação da Usalcoa e da Creche	10.647,00	11.558,00
Outros	5.001,84	1.608,19
TOTAL	257.960,15	252.327,29

14.13. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Rendimentos Suplementares	36.495,85	40.032,16
Recuperação de dívidas a receber	1.500,00	4.131,23
Imputação de subsídios e doações recebidos em anos anteriores	19.770,26	16.077,53
Rendimentos e ganhos em activos tangíveis	35.950,00	28.119,00
Rendas	16.661,38	16.999,37
Rendimentos e ganhos em activos financeiros	128,08	128,08
Outros rendimentos	94.530,09	86.066,15
TOTAL	205.035,66	191.553,52

E. de Santos

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "E. de Santos" and other illegible marks.

14.14. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Impostos	1.021,56	343,52
Quotizações	647,50	627,50
Dívidas incobráveis	38.193,49	
Correções exercicios anteriores (Devolução de subsidio à SS)		23.687,40
Gastos e perdas com serviços bancários	1.766,07	2.971,93
Outros Gastos	3.325,83	3.666,48
TOTAL	44.954,45	31.296,83

14.15. Juros e Rendimentos

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados – Empréstimo do IHRU	2.583,78	2.033,81
Juros suportados – Empréstimo CCAMA – C/C/C		
Outros gastos e perdas de financiamento		
TOTAL	2.583,78	2.033,81
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
TOTAL		
RESULTADOS FINANCEIROS		

*Elisabete**ef*
lve

14.16. Acontecimentos após data de Balanço

Em virtude da pandemia de Covid 19, o Conselho de Administração, prevê que os gastos com a aquisição de equipamentos de protecção individual (EPIS), para os funcionários e a aquisição de material de higienização das instalações, possa vir a ter um impacto significativo nos gastos da Instituição, em 2020.

K

Na sequência da pandemia de Covid 19 foi decretado, pelo Presidente da República, o "Estado de Emergência" nesta conformidade as respostas sociais da Creche e Jardim de Infância foram encerradas, pelo que as funcionárias, das mencionadas respostas sociais, foram colocadas em Layoff simplificado e não foram cobradas mensalidades aos Pais/Encarregados de Educação durante os meses em que estivemos encerrados, pelo que os rendimentos serão inferiores ao previsto.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Alcobaça, 05 de Junho de 2020

